

As estratégias para aprovação do monumento a Carlos Marighella na Alameda Casa Branca, em São Paulo

Strategies for the approval of the monument to Carlos Marighella on Alameda Casa Branca in São Paulo

Las estrategias para la aprobación del monumento a Carlos Marighella en la Alameda Casa Branca de São Paulo

Mariana Mendonça Tessitore

Universidade de São Paulo; Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo e de Design; Programa
de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo.
São Paulo (SP), Brasil.
mari.mtessitore@gmail.com

* Autora correspondente.

CRedit

Contribuição de autoria: Concepção; Curadoria de dados; Análise; Coleta de dados; Redação – rascunho original; Redação – revisão e edição.

Conflitos de interesse: A autora certifica que não há conflito de interesse.

Financiamento: Não possui.

Aprovação de ética: A autora certifica que não houve necessidade de aprovação de Comitê de Ética.

Uso de I.A.: A autora certifica que não houve uso de inteligência artificial na elaboração do trabalho.

Editores responsáveis: Daniel Sant’Ana (Editor-Chefe); Elane Ribeiro Peixoto (Editora Associada); Ana Elisabete Medeiros (Editora Associada); Leandro Cruz (Editor Associado); Pedro Arthur R. de Medeiros (Assistente editorial).

Resumo

Instalado em 1999, o monumento a Carlos Marighella (1911-1969) está localizado na Alameda Casa Branca, em São Paulo, local onde o guerrilheiro foi assassinado em 1969. Fruto de uma iniciativa da sociedade civil, a obra foi aprovada pela Prefeitura de São Paulo e hoje integra o patrimônio municipal da cidade. Este artigo aborda as estratégias adotadas para conseguir o aval da prefeitura, na época comandada por Celso Pitta, a um monumento que homenageia uma das principais lideranças de esquerda do país. São analisadas quais narrativas em torno de Marighella foram mobilizadas no processo de aprovação do monumento, identificando os atores e estratégias envolvidas na legitimação da obra. A partir de fontes de imprensa, documentos e entrevistas com os envolvidos no projeto, além de referências bibliográficas, o artigo aborda como a memória de Marighella, e da própria experiência da luta armada, é fonte de disputa na sociedade. Mostra, ainda, como as tensões entre lembrança e esquecimento são utilizadas e moldadas conforme as necessidades e estratégias dos movimentos políticos.

Palavras-Chave: Carlos Marighella; Monumento; Memória; Ditadura civil-militar.

Abstract

Installed in 1999, the monument to Carlos Marighella is located on Alameda Casa Branca in São Paulo, the street where the guerrilla was assassinated in 1969. The result of a civil society initiative, the work was approved by São Paulo City Hall and is now part of the municipal heritage. This article looks at the strategies adopted to get the approval of the city council, at the time led by Celso Pitta, for a monument that pays homage to one of the country's main left-wing leaders. The narratives surrounding Marighella that were mobilized in the process of approving the monument are analyzed, identifying the actors and strategies involved in legitimizing the work. Using press sources, documents and interviews with those involved in the project, as well as bibliographical references, the article discusses how the memory of Marighella, and of the experience of the armed struggle itself, is a source of dispute in society. It also shows how the tensions between remembering and forgetting are used and shaped according to the needs and strategies of political movements.

Keywords: Carlos Marighella; Monument; Memory; Civil-military dictatorship.

Resumen

Instalado en 1999, el monumento a Carlos Marighella está situado en la Alameda Casa Branca de São Paulo, la calle donde el guerrillero fue asesinado en 1969. Fruto de una iniciativa de la sociedad civil, la obra fue aprobada por el Ayuntamiento de São Paulo y ahora forma parte del patrimonio municipal. Este artículo examina las estrategias adoptadas para obtener la aprobación del ayuntamiento, en aquel momento dirigido por Celso Pitta, para un monumento en honor a uno de los principales líderes de izquierdas del país. Se analizan las narrativas en torno a Marighella que se movilizaron en el proceso de aprobación del monumento, identificando a los actores y las estrategias implicadas en la legitimación de la obra. A partir de fuentes de prensa, documentos y entrevistas con los involucrados en el proyecto, así como de referencias bibliográficas, el artículo discute cómo la memoria de Marighella, y de la propia experiencia de la lucha armada, es fuente de disputa en la sociedad. También muestra cómo las tensiones entre memoria y olvido se utilizan y moldean en función de las necesidades y estrategias de los movimientos políticos.

Palabras clave: Carlos Marighella; Monumento; Memoria; Dictadura cívico-militar.

1 Introdução

No dia 4 de novembro de 1999, foi inaugurado, na Alameda Casa Branca, em São Paulo, o monumento a Carlos Marighella (1911-1969), membro histórico do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e fundador da ALN (Aliança Libertadora Nacional), uma das principais organizações da luta armada em oposição à ditadura civil-militar brasileira. A obra foi concebida pelo arquiteto Marcelo Ferraz, cuja esposa, Isa Grinspum Ferraz, é sobrinha de Clara Charf, viúva do guerrilheiro.

Instalada originalmente no número 815 da alameda, a obra consistia numa pedra bruta de granito, fixada no tronco de uma árvore, circundada por uma resina da cor vermelha. O centro da pedra trazia a seguinte inscrição, lapidada no próprio granito: “Aqui tombou Carlos Marighella, em 4/11/1969, assassinado pela ditadura militar”. A escolha da rua se deu por ter sido o local onde Marighella foi executado, numa operação de grandes proporções, que envolveu cerca de 30 policiais e ocasionou duas mortes, além da do guerrilheiro (Magalhães, 2012).

Após sua inauguração, o monumento (Figura 1) foi incluído no inventário das obras de arte em logradouros públicos de São Paulo, realizado pelo Departamento de Patrimônio Histórico da cidade. A inclusão garante sua proteção e limpeza pela prefeitura, serviços que precisam ser acionados com certa constância até hoje, já que, desde o dia da instalação, o monumento gera conflitos, tendo sido contestado diversas vezes, inclusive com intervenções em sua materialidade, como pichações e a inserção de placas com frases difamatórias. Por sua vez, a obra é também fonte de encontro e mobilização, já que todo 4 de novembro, data do assassinato de Marighella, grupos de ativistas e organizações sociais se reúnem no local para lembrar de sua memória e discutir temas do contexto político atual (Teles, 2015).

Figura 1: Monumento a Carlos Marighella.



Fonte: Foto tirada pela autora (nov. 2020).

Instalado em 1999, 30 anos após a execução do guerrilheiro, o monumento é entendido como parte de um amplo processo de construção e disputa da memória de Marighella,

empreendido principalmente por militantes políticos e familiares. Durante o regime militar, os órgãos oficiais associaram os integrantes da luta armada à imagem de “terroristas”, “bandidos”, pessoas perigosas que representavam ameaças à sociedade (Soares, 2012). A partir de 1979, com a Anistia e o posterior processo de redemocratização, a ex-companheira de Marighella, Clara Charf, junto com Carlos Augusto Marighella, filho de Marighella, entre muitos outros, passaram a atuar para recuperar a reputação do líder da ALN, difundindo novas narrativas sobre sua vida e legado.

Em 1979, por exemplo, a família se mobilizou para transferir os restos mortais de Marighella do Cemitério de Vila Formosa, em São Paulo, onde seu corpo havia sido enterrado pelos órgãos de repressão, para o Cemitério Quinta dos Lázarus, em Salvador, sua cidade de nascença. No local, foi erguida uma lápide desenhada pelo arquiteto Oscar Niemeyer e executada pelo artista plástico Juarez Paraíso. Em 1996, por sua vez, outro importante passo foi dado: a Comissão dos Mortos e Desaparecidos aprovou a indenização aos familiares de Marighella, reconhecendo a culpa do Estado por sua morte (José, 1997). Três anos depois, em 1999, como mencionado, foi inaugurado o monumento aqui analisado.

Além disso, conforme a figura de Marighella se tornou mais conhecida, surgiram cada vez mais estudos e obras artísticas que retomam sua trajetória, pensamento e legado. Em 2012, data do centenário de Marighella, foi publicada a sua biografia assinada pelo jornalista Mário Magalhães (2012), editada pela Companhia das Letras. Também em 2012, foi lançado o documentário *Marighella*, dirigido por Isa Grinspum Ferraz, que contou com pesquisa de Magalhães. Para compor a trilha sonora do filme, a diretora convidou o *rapper* Mano Brown, do grupo Racionais MC's, para idealizar a música de encerramento. Intitulado “Mil faces de um homem leal”, o *rap* também virou um videoclipe, sendo eleito o melhor clipe brasileiro de 2012 pela emissora MTV (Reginato, 2012).

Outra obra central é o longa-metragem *Marighella*, dirigido por Wagner Moura e protagonizado por Seu Jorge. Lançado em 2021, o filme teve a maior bilheteria nacional do ano (Szpacenkopf, 2021), sendo exibido em diversos locais de militância, como assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), além de contar com respaldo de organizações como a Coalizão Negra por Direitos. Além das obras mencionadas, Marighella ainda é nome de escolas, ruas, conjuntos habitacionais e ocupações. Sua trajetória também é lembrada em sambas enredo, exposições e livros, entre outras produções.

Produzidas por diferentes agentes, essas iniciativas evidenciam aspectos distintos da vida e pensamento de Marighella. Conhecido, sobretudo, por sua ação como guerrilheiro na década de 1960, Marighella teve uma trajetória extensa antes de fundar a Ação Libertadora Nacional (ALN), incluindo cargos de direção no Partido Comunista Brasileiro (PCB), a oposição à ditadura varguista, passagens pela prisão, a atuação como parlamentar, entre outras ações. De político comunista à líder guerrilheiro, de vítima da violência do Estado a símbolo das lutas do movimento negro e das periferias, sua figura pode evocar muitas camadas de sentidos, mobilizadas de acordo com as ideias e objetivos dos autores de cada obra ou ação.

O monumento na Alameda Casa Branca integra esse conjunto amplo de iniciativas. Neste artigo, são analisadas quais narrativas em torno de Marighella foram mobilizadas no processo de aprovação do monumento com o poder público, identificando os atores e

estratégias envolvidas na legitimação da obra. Defende-se que, diante de uma gestão ligada a um político conservador, o então prefeito Celso Pitta, adotou-se um discurso que enfatizava Marighella enquanto figura emblemática da história brasileira, comprometido com a justiça social, além de vítima da violência de Estado. Com fins de convencimento, tendo em vista que o período da ditadura civil-militar ainda é um tema sensível na sociedade brasileira, a memória de Marighella enquanto um dos principais líderes da luta armada não foi evidenciada, em nome de outras representações. Por sua vez, os atos organizados em torno do monumento todo dia 4 de novembro trazem à tona o tema da luta armada, como será abordado. Desta forma, evidencia-se como as tensões entre lembrança e esquecimento estão presentes nas iniciativas de memória, sendo utilizadas pelos movimentos sociais de forma estratégica, conforme as circunstâncias e conjunturas.

Para a construção da argumentação, são mobilizadas fontes variadas, incluindo desde reportagens da imprensa e documentos provenientes de acervos, como os do escritório de Marcelo Ferraz e o do Departamento de Patrimônio Histórico de São Paulo, além entrevistas realizadas pela autora com pessoas que estiveram envolvidas na criação do monumento, como os arquitetos Marcelo Ferraz e Ricardo Ohtake, entre outros. Como referencial teórico, o artigo se baseia em autores do campo da memória, entre eles, Elizabeth Jelin, Victoria Langland, Andreas Huyssen e Ludmila Catela, além de obras sobre Marighella, como as biografias escritas por Mário Magalhães e Emiliano José, e dissertações como a de Wagner dos Santos Soares a respeito das representações da morte do líder baiano. A partir do cruzamento dessas fontes e referências distintas, o artigo aborda as camadas, disputas e temporalidades que atravessam esse monumento, reconstituindo as estratégias que foram adotadas para sua legitimação.

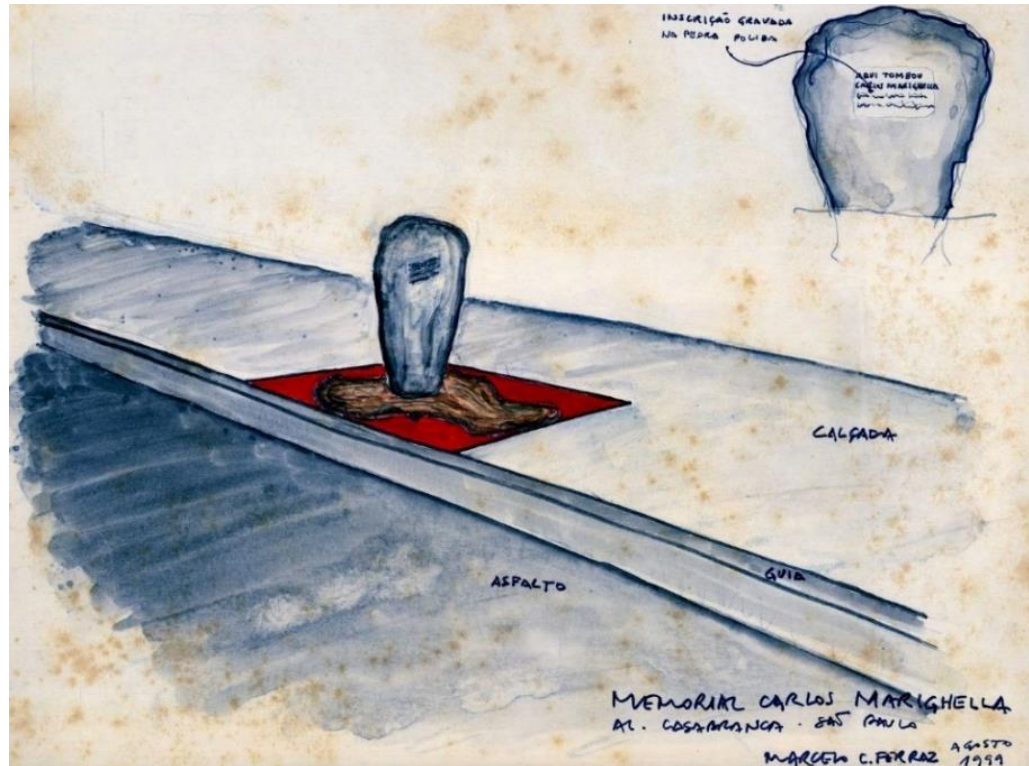
2 Idealização do monumento a Carlos Marighella

Desde 1979, a Alameda Casa Branca já era ponto de encontro de militantes políticos que, todo 4 de novembro, data do assassinato de Marighella, reuniam-se no local para celebrar a vida do fundador da ALN e exigir que o Estado reparasse sua família e a dos demais mortos e desaparecidos políticos. O grupo havia cogitado, inclusive, pedir a mudança do nome do logradouro para homenagear Marighella, mas depois optou por criar um marco no próprio espaço (Angiolillo, 1999). Em 1999, por ocasião dos 30 anos do falecimento de Marighella, Marcelo Ferraz tomou a iniciativa de idealizar o projeto do monumento (Figura 2) e o apresentou a Clara Charf, como relata:

Eu tenho essa militância pelos lugares simbolicamente representantes de fatos históricos. Por conta disso, pensava que precisávamos fazer algo no local onde o Marighella foi assassinado. Elaborei o projeto e mostrei para a Clara. Ela gostou. [...] Assim que foi aprovado pelo Celso Pitta, então prefeito da cidade, o monumento foi incorporado ao Patrimônio do Município. Foi bacana porque, de repente, uma pedra, algo completamente *gauche*, fora do contexto dos monumentos tradicionais como o do Brecheret, foi incorporada ao patrimônio da cidade [...]. (Ferraz, 2021).

A obra foi financiada a partir de uma arrecadação coletiva feita entre militantes. Além disso, outras pessoas colaboraram com a logística da instalação da peça, entre outras questões práticas. O monumento foi fruto, assim, de um esforço coletivo, presente tanto na avaliação do projeto pela militância quanto na angariação de fundos.

Figura 2: Projeto do monumento a Carlos Marighella.



Fonte: Documento cedido pelo arquiteto Marcelo Ferraz. Reproduzido com autorização.

A lógica deste monumento não se associa, portanto, à dos marcos públicos tradicionais, financiados pelo Estado e atrelados à ideia de identidade nacional, mas, sim, a outros tipos de obras, que tratam de eventos traumáticos, produzidas especialmente a partir da segunda metade do século XX. Tido como evento-limite, o Holocausto estabeleceu um desafio de como narrar e retratar essas experiências de forma a mobilizar e sensibilizar as pessoas. Abriu-se caminho para pensar em novas narrativas e representações. Na Alemanha, foram construídos diversos memoriais em homenagem a pessoas perseguidas pelo Terceiro Reich. Ainda que financiadas pelo Estado, grande parte dessas obras resultaram de longos e tensos debates entre diferentes grupos da sociedade civil, o que já as diferencia dos monumentos tradicionais.

Já nas décadas de 1980 e 1990, somam-se a essas experiências as dos processos de transição democrática no Cone Sul e de enfrentamento das violências das ditaduras (Huysen, 2014). Os conceitos de “justiça”, “verdade” e “memória” passaram a ser mobilizados em conjunto e as batalhas pela memória – e sua marcação física no espaço – tornaram-se parte desse jogo, como uma estratégia de conscientização e demarcação de poder e território.

Nesse contexto, muitos memoriais e monumentos passam a ser construídos por pressão de setores da população que reivindicam que os Estados reconheçam as injustiças que perpetraram. Diante desses novos impasses e objetivos, essas obras geralmente – embora não sempre – optam por outros formatos de representação, que não o do pedestal, do bronze como material ou mesmo da representação figurativa. Ao optar por essa outra dimensão estética, tentam se descolar da imagem do monumento impositivo, que está acima de todas as pessoas.

Essas obras, incluindo o monumento aqui estudado, podem ser entendidas também como “lugares de memória”. Criado pelo historiador francês Pierre Nora no fim da década de 1970, o conceito considera os lugares de memória como palco e agentes de acontecimentos, capazes de favorecer reconexões com identidades e tradições históricas. Segundo o autor, “[o]s lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais” (Nora, 1993, p. 13).

Após a grande repercussão da obra de Nora, alguns autores começaram a repensá-la, principalmente por sua preocupação central recair sobre a extinção do Estado nacional francês. Pesquisadores e militantes associados às causas dos direitos humanos passaram a ampliar o conceito, conferindo usos mais contextuais. Objeto de críticas e revisões, o conceito de “lugares de memória” se transformou, portanto, ao longo do tempo, ultrapassando a esfera acadêmica e sendo adotado e repensado também por militantes, grupos políticos e organizações.

Nesse contexto, cabe mencionar os Princípios Fundamentais para as Políticas Públicas sobre Lugares de Memória, elaborado pelo Instituto de Política Pública em Direitos Humanos do Mercosul (IPPDH), em 2012. Com o intuito de estabelecer parâmetros em torno da identificação e preservação de lugares associados às violações de direitos humanos no Cone Sul, o documento elenca princípios como a responsabilidade do Estado de garantir o acesso da população a esses locais, além da importância da participação da sociedade civil tanto na escolha quanto na preservação desses espaços, além do seu papel pedagógico, de lembrar a violência para que ela não se repita no passado, contribuindo para o fortalecimento da democracia. O documento os define como:

Para efeito destes princípios são considerados lugares de memória todos aqueles lugares onde se cometeram graves violações aos direitos humanos, ou aonde se resistiram ou se enfrentaram essas violações, ou que por algum motivo as vítimas, seus familiares ou as comunidades os associam com tais acontecimentos, e que são utilizados para recuperar, repensar, e transmitir o conhecimento sobre processos traumáticos, e/ou para homenagear e reparar as vítimas. (IPPDH, 2012, p. 21).

Nesse sentido, é possível analisar o monumento a Marighella como um lugar de memória, uma obra que homenageia o líder político e, ao mesmo tempo, lembra da violência cometida pelo Estado brasileiro e da sua responsabilidade pelo assassinato de Marighella. Um monumento idealizado por membros da sociedade civil e marcado por disputas e narrativas diversas. Na próxima parte do artigo, será abordado especificamente o processo de aprovação do monumento, entendido como mais uma das muitas histórias que se acumulam em sua trajetória.

3 Aprovação e intermediação de Ricardo Ohtake

Além de conceber o projeto do monumento na Alameda Casa Branca, Marcelo Ferraz idealizou estratégias para aprová-lo na Prefeitura de São Paulo, instância que autorizou sua instalação através do decreto 38.569, publicado no *Diário Oficial* em 3 de novembro de 1999 (São Paulo, 1999). Nesse processo de negociação com o poder público, uma figura central foi o arquiteto Ricardo Ohtake, então Secretário Municipal do Verde e do

Meio Ambiente, na gestão da Prefeitura de São Paulo de Celso Pitta (Teles 2015). Ferraz já conhecia Ohtake e sabia que ele poderia ajudar a aprovar a instalação da obra, ainda que Celso Pitta fosse um político ligado à direita, mais especificamente, a Paulo Maluf, que construiu sua carreira durante o período militar. Ferraz contactou Ohtake e enviou a proposta para o seu gabinete, com um projeto do memorial e uma carta, assinada por diversos intelectuais, justificando a criação do marco. Ohtake contou como se deu sua participação no caso, reforçando que, mesmo tendo sido há 25 anos, ele se lembrava bem, pois, de fatos assim, “a gente não esquece”. O arquiteto relembra os detalhes:

[...] Foi o seguinte: o Marcelo me telefonou e disse que, para marcar os 30 anos da morte do Marighella, ele e mais algumas pessoas queriam fazer uma celebração com uma espécie de escultura, um marco no lugar onde ele foi morto. Ele disse que já havia falado com várias pessoas, mas não tinha conseguido nada e queria saber se eu conseguiria uma aprovação, permitindo a instalação da obra para que, no dia seguinte, ela não fosse retirada e levada embora. Então, eu pedi uma audiência com o prefeito e fui até o gabinete dele. Eu tinha um pouco de receio porque o Pitta foi indicado pelo Maluf. Eu pensei: “Minha Nossa Senhora, se ele se lembrar do Maluf, não vai querer fazer”. Eu expliquei o projeto e, então, o Pitta me perguntou se eu me interessava por esse assunto. Eu disse que sim, pois era uma coisa muito importante, que faz parte da história do Brasil [...] Ele sabia de tudo, disse que era jovem ainda quando o Marighella morreu. Eu fiquei muito surpreso e, inclusive, emocionado com o jeito que ele falou, dizendo que se tratava de algo muito importante, que nós precisávamos fazer. Então o Pitta disse que não sabia exatamente quais eram os trâmites para serem feitos, mas que ele falaria com a assessoria dele para fazer [...]. (Ohtake, 2024).

Após a conversa, uma assessora da prefeitura entrou em contato com Ohtake para viabilizar o projeto. Já no dia seguinte, 3 de novembro, o decreto autorizando o marco foi publicado no *Diário Oficial*. O episódio suscita reflexões sobre os caminhos e possibilidades de criação de marcos na cidade. Idealizado pela sociedade civil, o monumento foi enviado para aprovação do Estado por intermédio de Ohtake, um ato estratégico, já que ele era um aliado dentro da máquina pública. Caso Ohtake não fizesse parte da gestão, talvez o caminho escolhido por Ferraz e outros companheiros de Marighella fosse outro para executar o projeto. Mas, nesse caso, a negociação com o poder público surtiu efeito, revelando possibilidades de interlocução.

Trata-se, assim, de um complexo jogo de pressão, diálogo e enfrentamento com o Estado, em avaliações que variam de acordo com conjunturas políticas e a disponibilidade dos governos em reparar e criar culturas mais democráticas. Como afirma Renato Cymbalista (2017), em iniciativas de memorialização de espaços, em certos casos, a sociedade civil pode atuar em diálogo com o poder público. Em outros, não há espaço para negociação, sendo preciso pensar em novas táticas e linguagens de enfrentamento. A criatividade e leitura de cenário são, portanto, ferramentas essenciais nas construções de memória nas cidades.

[...] Para os ativistas, é uma proposta bastante desafiadora, pois exige um alerta permanente em relação à conjuntura política e às oportunidades. É importante saber quais os momentos certos e os interlocutores certos para amparar ações de desqualificação/denúncia, mas também para a *qualificação* da ação pública. O desafio é entender como uma proposta pode remar a favor – e não contra – a burocracia, quais são os passos necessários, quais os poderes e jurisdições envolvidas. Nessa negociação, em geral, perde-se em radicalidade, mas há mais chance de ganhos em termos de perenidade.

Para isso, é necessário um olhar específico para o Estado, não como o “outro absoluto”, irremediavelmente autoritário, mas como uma constelação complexa e contraditória de instituições, em permanente movimento e disputa, com alguma capacidade de mudança. [...] (Cymbalista, 2017, p. 35).

Por se dar já num contexto de redemocratização, a instalação do marco também pode ser vista como um processo de institucionalidade, a partir de pressões da sociedade. A capacidade de analisar conjunturas e entender quais são os mecanismos possíveis para pressionar e dialogar com o poder público é, portanto, fundamental em casos como esses. Ainda assim, a possível aprovação do Estado não implica que, posteriormente, exista um interesse por parte dos governos ou mesmo da sociedade civil de zelar pela obra e manter sua memória.

Os sentidos nunca estão cristalizados ou inscritos na pedra e no monumento. Como veículo da memória, a marca territorial não é mais que um suporte, cheio de ambiguidades, para o trabalho subjetivo e para a ação coletiva, política e simbólica de atores específicos em cenários específicos. Em alguns casos, dá “certo” e aquele conjunto de significados perdura no tempo. Em outros, se perde a batalha pela marca, seja por contra-marcas de outros grupos ou pelo não reconhecimento da legitimidade de demanda por parte do Estado. (Jelin; Langland, 2003, p. 10, tradução nossa).

No caso do monumento a Marighella, o arquiteto responsável agiu de forma estratégica, sabendo o que precisava oferecer ao poder público – projeto, execução – e o que podia dele demandar – autorização da instalação, incorporação ao patrimônio municipal. Encontrou-se uma forma de negociar com o Estado. Tratou-se, assim, de uma iniciativa levada a cabo pela sociedade civil, como a maioria ainda associada ao tema da ditadura civil-militar, mas que, por já se dar num contexto de redemocratização, encontrou interlocuções possíveis com o poder público.

4 Representações em jogo: entre lembranças e esquecimentos

Além do contato direto com Ricardo Ohtake, outra estratégia adotada foi o envio à Prefeitura de São Paulo de uma carta justificando a relevância do monumento. A missiva era assinada pelo crítico literário Antonio Candido, professor aposentado da USP, pelo escritor Boris Schnaiderman, professor da USP, pelo sociólogo Emir Sader, pelo crítico de arte Fábio Magalhães, na época presidente do Memorial da América Latina, pelo economista Luciano Coutinho, pelos jornalistas Mino Carta e Matinas Suzuki Jr., pela escritora Lygia Fagundes Telles, pelo arquiteto Oscar Niemeyer, pelo advogado Samuel MacDowell de Figueiredo, pelo arquiteto Sérgio Souza Lima, além do próprio Marcelo Ferraz.

O documento foi encaminhado à Prefeitura de São Paulo no dia 15 de outubro de 1999. Um primeiro ponto que chama atenção é a relação dos seus signatários. Todos são pessoas com trajetórias conhecidas, que ocupavam espaços de poder e prestígio, com posicionamentos de esquerda. No entanto, em sua grande parte, não eram pessoas vinculadas à luta armada.

Produzida de forma rápida, a carta foi uma forma de respaldar a ação de Ricardo Ohtake na prefeitura (Ferraz, 2024). Nesse sentido, a escolha dos nomes signatários da missiva foi uma estratégia para reforçar a ideia de composição. Ou seja, não se tratava de uma solicitação feita somente por pessoas ligadas à luta armada, mas sim por sujeitos de diversos espectros da sociedade, com grande reconhecimento público. Assim, reforçava-

se a ideia de frente ampla, de consenso em torno da memória de uma importante figura do país. Isso tendo em vista que a missiva era destinada a um prefeito de discurso conservador, que estaria pouco propenso a aprovar o monumento e, por isso, era preciso adotar um tom de conciliação, como uma estratégia de convencimento. A carta é, portanto, uma peça estratégica nesse complexo jogo de aprovação e manutenção da obra.

Além dos signatários, é possível analisar o tom do texto da missiva, que também converge para esta interpretação. Quais representações em torno de Marighella e da própria luta armada são evocadas? Seria a ideia de resistência ao regime? Ou a de luta por uma sociedade socialista, defendida por Marighella? Ou ainda a de Marighella como vítima da violência de Estado? O texto traz a seguinte citação de Antonio Candido:

Trinta anos atrás, o tempo de uma geração, Carlos Marighella foi abatido pelas forças de repressão da ditadura. Naquele momento, elas não mataram apenas o militante intemerato de uma organização de luta, mas um líder que encarnava as aspirações de liberdade e justiça do povo brasileiro. Os que assumem a grave responsabilidade de combater pelo interesse de todos tornam-se símbolos e constituem-se como patrimônios coletivos. Carlos Marighella deu a vida pelos oprimidos, os sedentos de justiça. Ao fazê-lo, transcendeu a sua própria opção partidária e se projetou na posteridade como voz dos que não se conformam com a iniquidade social. (Candido *apud* Cidadãos de São Paulo, 1999).

O tom da citação se afasta da discussão sobre a guerrilha em si, reforçando a ampla trajetória de Marighella, de uma pessoa que desde o Estado Novo se engajou na política. Candido também afirma que Marighella “transcendeu sua opção partidária” e, assim, tornou-se um “patrimônio coletivo”. Pensando que a carta foi enviada para solicitar a instalação de um monumento, a escolha do termo “patrimônio” não parece uma coincidência, mas, sim, o uso de um recurso retórico para defender que o patrimônio municipal integre uma obra que homenageia uma pessoa cuja trajetória marcou a história nacional, sendo, assim, “patrimônio coletivo”. A frase, assim, sustenta ainda um tensionamento de quem seriam os supostos símbolos nacionais, reivindicando espaço para outros nomes, que não somente os generais montados em seus cavalos. Pode-se questionar se, neste caso, há uma tentativa de mitificar Marighella, mas chama atenção como esta carta já traz elementos tanto de estratégia de convencimento do poder público quanto reflexões sobre quais símbolos e ideais o Estado elege como patrimônio, tema pungente atualmente.

Em complemento, a missiva cita a responsabilidade do Estado pelo assassinato do guerrilheiro. O texto menciona a decisão da Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos, legitimando que a Alameda Casa Branca se trata de um lugar de luto, onde o Estado perpetuou uma violência, que deve ser reparada e lembrada. Como pontuado anteriormente, a reivindicação pelo monumento se coloca, assim, como um novo passo do processo de luta pela memória de Marighella.

Na argumentação do documento, são reforçadas duas narrativas em torno do militante político: a de Marighella como um líder nacional, que lutou em nome da liberdade e da justiça do país, e também como vítima da máquina de execução do Estado durante o período da ditadura civil-militar. Na carta, a memória da luta armada não é evidenciada, em nome de outras representações.

Assim como no monumento a Marighella e na missiva analisada, as discussões em torno do que representou a luta armada, e de como lembrá-la, são tema de constante debate. No contexto da redemocratização, por exemplo, diversos ex-guerrilheiros escreveram obras relatando suas experiências e fazendo balanços sobre o período. Tanto nesses relatos, assinados por nomes como Fernando Gabeira, Herbert Daniel, Alfredo Sirkis e Jacob Gorender, quanto na própria historiografia e nas obras artísticas inicia-se um debate sobre os significados da luta armada. O uso da violência foi adotado como estratégia de sobrevivência ao terror de Estado ou já era defendido anteriormente? Qual era o lugar da democracia no ideário das organizações? Questões como essas se colocam em disputa no debate sobre o período. Referência no tema, o historiador Daniel Aarão Reis (1990) faz uma crítica ao que chama de construção de uma “memória pacificadora”, que associaria os militantes à defesa da democracia. Para o autor, é preciso enfatizar que os guerrilheiros não lutavam apenas contra a opressão da ditadura, mas em nome de um projeto de sociedade socialista, no qual a democracia não era o objetivo central.

Percebe-se, assim, os diversos embates e escolhas envolvidos na construção de narrativas sobre períodos traumáticos. Esses processos invariavelmente são marcados por disputas entre o que lembrar e o que esquecer. O esquecimento não sendo entendido como algo necessariamente negativo, mas, sim, como parte do próprio processo de criar lembranças. Assim como a memória, o esquecimento é formado por múltiplas camadas, precisando ser situado “[...] num campo de termos e fenômenos como silêncio, desarticulação, evasão, apagamento, desgaste, repressão – todos os quais revelam um espectro de estratégias tão complexo quanto o da própria memória” (Huysen, 2014, p. 158).

As tensões entre memória e esquecimento também são adotadas como estratégia política pelos próprios movimentos sociais. Ao analisar o caso da Argentina, Ludmila Catela (2001) afirma que uma grande proporção dos desaparecidos políticos do país era de origem operária, no entanto, a imagem associada a essas figuras é a do estudante, jovem, de classe média. Nessa operação, em que se cria uma narrativa de maior convencimento, optou-se por remeter a heróis exemplares, pessoas jovens que se sacrificaram pela nação. Ainda sobre a Argentina, Huysen (2014) também pontua como, para pressionar o Estado e mobilizar a sociedade em diversos níveis, o movimento das Mães de Maio optou por evidenciar os desaparecidos políticos como vítimas da violência de Estado, afastando-se das discussões sobre a luta armada e a esquerda. Nesse caso, reforçar a imagem da família que é destruída, do filho assassinado, mostrava-se como uma estratégia eficaz para mobilizar a sociedade em diversos níveis, impactando mesmo aqueles que não concordavam com a opção pela luta armada ou com as ideias de esquerda de uma forma geral.

Beatriz Sarlo (2007) também aborda as nuances entre lembrança e esquecimento, indicando os perigos de eleger o testemunho como necessariamente a principal fonte do fazer histórico, alçando-o à categoria de uma verdade inquestionável. A autora enfatiza também como a imagem da juventude, do filho, foi realçada na construção dos discursos sobre os desaparecidos políticos. Em sua argumentação, não faz uma oposição ou invalidação do testemunho, pelo contrário reforça sua importância na reconstituição dos fatos, como prova em tribunais nas transições das ditaduras do Cone Sul para a democracia, no entanto, enfatiza que, assim como outras fontes, seguem sendo construções sujeitas a contradições e intenções políticas, variando de acordo com o contexto do enunciador.

A atuação da militância política e a criação de símbolos, sejam filmes, memoriais, cartazes etc., é marcada, portanto, pela disputa de narrativas, pelas tensões entre esquecer e lembrar, pêndulos que também se alteram e modificam de acordo com o período histórico. O monumento a Marighella, tanto em sua forma quanto nos motivos alegados para sua instalação, também traz esses tensionamentos e disputas de narrativa. Ferida ainda aberta da sociedade, a luta armada está longe de gerar consensos na sociedade, seja hoje ou na década de 1990, quando a escultura foi instalada. Dessa forma, para efeitos de convencimento, reforçar a imagem de Marighella como líder político que atuou em nome da justiça social, tendo em vista que de fato sua trajetória abarca muitas outras facetas além da luta armada, foi uma estratégia de maior efeito para a autorização e legitimação da obra.

O fato de a escultura estar instalada no local onde o assassinato do guerrilheiro foi cometido também evidencia a responsabilidade de reparação do Estado. A associação de Marighella como principal combatente da luta armada não foi, portanto, a questão central evocada para justificar a criação do monumento. Ainda assim, invariavelmente, a memória da luta armada é o que norteia a recepção da obra, como se pode depreender pelas reações contrárias, que geralmente associam Marighella a imagem de “terrorista”, entre outras (Fagundez, 2019).

5 Considerações finais

Desde o dia 4 de novembro de 1999, quando foi inaugurado, o monumento agregou uma nova tensão na Alameda Casa Branca, além das inerentes a uma rua localizada em um bairro de elite da cidade: ali a vida e as ideias de Carlos Marighella, um homem que foi assassinado em 1969, estão em discussão. Essa discussão está presente tanto nas diversas contestações à obra, com intervenções em seu suporte, quanto nos atos ali realizados todo 4 de novembro para celebrar a memória de Marighella e tratar de temas da política nacional e internacional. Assim como outros marcos de memória, este também está sujeito às alterações do tempo, como pontuam Jelin e Langland:

Nos referimos a espaços públicos, reconhecidos pelo Estado, o que implica processos de luta política por parte de quem levar as iniciativas em diante [...] Sempre, inevitavelmente, com o passar do tempo, a presença de novos sujeitos e a redefinição de cenários e marcos interpretativos trarão novos sentidos às vezes contrários aos originais. Outras vezes, a indiferença será o destino desse marco, às vezes conseguido depois de tanto trabalho. (Jelin; Langland, 2003, p. 2, tradução nossa).

Ainda que à primeira vista possa parecer uma obra de pouco destaque, quase escondida na paisagem da Alameda Casa Branca, a trajetória deste monumento, quando analisada cronologicamente, revela diversas camadas de disputas e negociações, acompanhando inclusive as discussões contemporâneas. Como pontuado na introdução, hoje Marighella é tema de diversas obras de grande repercussão, incluindo a biografia de Mário Magalhães, a música dos Racionais e o filme de Wagner Moura, entre outras. Seu pensamento e sua trajetória tornaram-se mais conhecidos e seu legado, enquanto homem negro, de esquerda, e uma das principais lideranças da oposição à ditadura militar, reivindicado por novas vozes e criticado por outras, como pontua Mario Magalhães:

No fundo, Marighella continua a representar as mesmas coisas de quando ele foi assassinado. A minha impressão é que nem naquela época ele estimulava

tanto amor e tanto ódio. Isso tem a ver não só com a história dele, mas com o Brasil contemporâneo, com o mundo em que a gente vive. Pessoas que têm determinadas ideias sobre o mundo se identificam ou não com o Marighella – há uma continuidade histórica. O que existe é a redescoberta do Marighella por novas gerações, e isso é impressionante, especialmente por jovens. Você entra no Twitter e vê que os jovens estão discutindo o Marighella. E que, como no passado, desde os anos 1930, quando o Marighella era um ativista estudantil na Bahia, vão acolhê-lo nas suas cabeças e corações ou rejeitá-lo. (Magalhães, 2023).

Essas disputas também estão presentes na história recente do marco. Em 30 de julho de 2021, por exemplo, o monumento a Marighella e o escadão com o grafite de Marielle Franco, localizado no bairro de Pinheiros, amanheceram cobertos com tinta vermelha, uma ação feita de forma anônima (Cardoso, 2021). As intervenções aconteceram como uma resposta à ação do coletivo Revolução Periférica que, no dia 24 de julho do mesmo ano, havia incendiado o monumento ao bandeirante Borba Gato, no bairro do Santo Amaro, como uma forma de questionar homenagens a bandeirantes e outros personagens associados à violência colonial na esfera pública.

Esse episódio, portanto, inseriu a homenagem a Marighella nos debates contemporâneos, hoje globais, sobre a resignificação dos monumentos e dos símbolos nacionais. A obra, assim, acompanha e dialoga com o tempo presente e os debates tanto em torno tanto da memória de Marighella quanto do patrimônio.

Como abordado, a trajetória do monumento traz diversas narrativas e sentidos, acumulados como palimpsestos em sua própria materialidade. Neste artigo, foi retomado um aspecto em especial: as estratégias adotadas para a aprovação do monumento com o poder público, em 1999. Mostrou-se como foram reforçadas certas representações em torno de Marighella, a de patriota e vítima de Estado, em detrimento de outras. Essas demais narrativas, no entanto, aparecem em outros momentos, tanto na recepção da obra quanto nos atos ou mesmo no episódio de 2021, descrito acima, que reforça um vínculo entre Marighella e Marielle Franco.

Evidenciou-se, assim, como as dinâmicas entre lembrança e esquecimento também estão presentes na construção de memoriais e nas lutas por *Memória, Verdade e Justiça*, sendo constantemente atualizadas, conforme disputas, narrativas e novas vozes emergem na sociedade.

Referências

ANGIOLILLO, Francesca. Memória: morte de Marighella ganha marco em SP. **Folha de S. Paulo**, Ilustrada, São Paulo, 4 nov. 1999. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0411199924.htm>. Acesso em: 2 jun. 2025.

CARDOSO, William. Monumento a Marighella amanhece coberto de tinta. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 31 jul. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/07/monumento-a-marighella-amanhece-coberto-de-tinta-vermelha-em-sp.shtml>. Acesso em: 2 jun. 2025.

CATELA, Ludmila. **Situação-limite e memória**: a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina. São Paulo: Hucitec; ANPOCS, 2001.

- CYMBALISTA, Renato. Mobilizações da memória em lugares de morte em São Paulo: Flavio Sant'Anna, Edson Neris, Andrea de Mayo. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**, n. 5, p. 22-37, set. 2017. Disponível em: <https://portal.sescsp.org.br/files/artigo/499a1141/9238/4ff4/98bb/ca5923cd0512.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2025.
- FAGUNDEZ, Ingrid. Marighella: por que uma pedra em homenagem a guerrilheiro atrai ataques e aplausos em bairro nobre de SP. **BBC Brasil**, 6 mar. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47423625>. Acesso em: 23 mai. 2025.
- HUYSEN, Andreas. **Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.
- IPPDH – INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM DIREITOS HUMANOS DO MERCOSUL. **Princípios fundamentais para as políticas públicas sobre lugares de memória**. Buenos Aires: IPPDH, 2012. Disponível em: https://ippdh.mercosur.int/wp-content/uploads/2014/11/Sitios_de_memoria_FINAL_PR_INTERACTIVO.pdf. Acesso em: 23 mai. 2025.
- JELIN, Elizabeth; LANGLAND, Victoria (comp.). **Monumentos, memoriales y marcas territoriales**. Madri: Siglo XXI de España Editores, 2003.
- JOSÉ, Emiliano. **Carlos Marighella: o inimigo número um da ditadura militar**. São Paulo: Sol Chuva, 1997.
- MAGALHÃES, Mário. **Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Khoury. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 23 mai. 2025.
- REGINATO, Lucas. Muito celebrado, Racionais MC's mostra músicas novas no VMB. **Rolling Stone Brasil**, 21 set. 2012. Disponível em: https://rollingstone.com.br/noticia/racionais-mcs-e-celebrado-e-mostra-musicas-novas-no-ymb/#google_vignette. Acessado em: 2 junho 2025.
- REIS, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. Tradução: Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- SOARES, Wagner dos Santos. **De inimigo público a herói nacional: representações da morte de Carlos Marighella**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012. Disponível em: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/2989>. Acesso em: 23 mai. 2025.
- SZPACENKOPF, Marta. Maior bilheteria nacional em 2021, “Marighella” teve 16 vezes menos espectadores do que “Homem-Aranha”. **O Globo**, 23 dez. 2021. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/lauro-jardim/post/maior-bilheteria-nacional-em->

[2021-marighella-teve-16-vezes-menos-espectadores-do-que-homem-aranha.html](https://www.redalyc.org/pdf/673/67342810012.pdf).

Acesso em: 10 mar. 2025.

TELES, Janaina. Ditadura e repressão: locais de recordação e memória social na cidade de São Paulo. **Lua Nova**, São Paulo, n. 96, p. 191-221, set./ dez. 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/673/67342810012.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2025.

Entrevistas

FERRAZ, Marcelo. Entrevista concedida a Mariana Mendonça Tessitore. São Paulo (SP), 25 de setembro de 2021.

FERRAZ, Marcelo. Entrevista concedida a Mariana Mendonça Tessitore. São Paulo (SP), 19 de abril de 2024.

MAGALHÃES, Mário. Entrevista concedida a Mariana Mendonça Tessitore, por videochamada, em 9 de março de 2023.

OHTAKE, Ricardo. Entrevista concedida a Mariana Mendonça Tessitore. São Paulo (SP), 23 de outubro de 2023.

Decretos

SÃO PAULO. Decreto 38.569, publicado no Diário Oficial de São Paulo, São Paulo, SP, 3 nov. 1999.

Documentos

CIDADÃOS DE SÃO PAULO. Solicitação de autorização para instalação de monumento em homenagem a Carlos Marighella. Carta enviada ao Prefeito de São Paulo, Celso Pitta. São Paulo, 15 out. 1999. 1 p.